

A VITÓRIA DE ALCÁCER QUIBIR



“Confusion de Confusiones”

João Duque
jduque@iseg.ulisboa.pt

Minhas meninas e meus meninos. Hoje, passados 444 anos, vou falar-lhes de vitória dos portugueses em Alcácer Quibir. Sendo as forças portuguesas compostas por 25 mil soldados e tendo morrido 9 mil, tendo os restantes 16 mil sido feitos prisioneiros (escapando livres apenas uns 100), concluímos que se tratou de uma grande vitória das forças lusas. É que o algoritmo previa que morressem todos! Ora, como só morrerem 36% do previsto, conclui-se que Alcácer Quibir foi, afinal, uma extraordinária vitória!

Durante o Governo de Passos Coelho o Executivo avançava ideias muito negativas. Depois

impunha cortes menores, dando a impressão de menor seriedade. Mas agora estamos perante uma forma mais rebuscada de manipulação: primeiro avança-se o número e, caso este não seja agradável, aponta-se outro que se diz ser a previsão de um tal “modelo” gerado por um dito algoritmo. Não se conhece tal modelo ou algoritmo, mas só o nome mete respeito a qualquer um. Esta técnica foi agora usada pela secretária de Estado da Administração Interna para ajudar, o povo tolinho, a perceber que, em primeiro lugar, o que se tem passado com os incêndios não é uma tragédia; e, em segundo, que o resultado só não é o que o algoritmo havia vomitado por

causa da mão ágil, competente e sabedora do nosso Governo.

O azar nestas coisas é que a senhora secretária de Estado começou logo por errar as contas. Se a previsão do modelo fosse, por exemplo, 100.000 ha de área ardida e se arderam apenas 70%, então deveriam ter ardido 70.000 ha. Mas como a senhora concluiu também que a área ardida deveria ser 30% superior ao que foi, então a área ardida devia de ser 1,3x70.000=91.000 ha. Ups! Afinal seriam 100 ou 91 mil hectares? Enfim, percebe-se que a sua área não são os números...

Porque, se fosse, diria que Portugal é o pior país da UE em área ardida! Sim, é o país em

Estamos perante uma forma mais rebuscada de manipulação: primeiro avança-se o número e caso este não seja agradável, aponta-se outro que se diz ser a previsão de um tal “modelo” gerado por um dito algoritmo

percentagem de área de floresta ardida (hoje mais de 3,1%). Não devem usar números absolutos porque países maiores com mais área ardida não são referência, como nas mortes por covid. Percebeu senhora secretária de Estado?

Mas se o algoritmo vomitou mais do que ardeu até agora, qual o valor do vômito para o ano inteiro? E já que fez as contas com o algoritmo, qual foi o comportamento nos anos anteriores face ao que era previsto pelo algoritmo? Seria interessante sabermos para podermos avaliar a eficácia das políticas do seu Governo. Mas cuidado, pois se usa técnicas de regressão, olhe que o valor central vai ficando umas vezes acima e outras abaixo...

CRESCIMENTO

Textos SÓNIA M. LOURENÇO

A “ambição” está plasmada no título do livro da SEDES — Associação para o Desenvolvimento Económico e Social: “Ambição: Duplicar o PIB em 20 Anos” (ed. Almedina). E para atingir esta meta, a obra — coordenada pelo economista Abel Mateus e pelo presidente da associação, Álvaro Beza, e que será apresentada a 1 de setembro — propõe várias reformas e medidas, de natureza económica e não só. É possível? “Sim”, diz Abel Mateus. Mas a última vez que a economia portuguesa conseguiu esse feito foi há mais de três décadas e os economistas usam expressões como “pouco provável” e “bastante cético”.

Os dados do Banco de Portugal indicam que a última vez que o país conseguiu uma duplicação do produto interno bruto (PIB) em 20 anos, em termos reais, foi entre 1970 e 1990, ano em que o Governo era chefiado por Cavaco Silva, então na sua primeira maioria absoluta. Depois, o cenário foi piorando. O último ano de base cujo PIB a economia portuguesa conseguiu duplicar foi 1982. Demorou 37 anos, até 2019. Até 2021, Portugal ainda não tinha conseguido multiplicar por dois o PIB de 1983. Passavam já 38 anos.

Duplicar o PIB em duas décadas exige crescer 3,5% ao ano, de forma contínua. “Não propomos nada estratosférico”, diz Abel Mateus. E defende: “Se não houver nenhuma catástrofe, é atingível.” Mas, “pressupõe uma nova política económica”, vinca, salientando que “as reformas necessárias são vastas. Não é com duas ou três medidas avulsas que vamos lá”.

“A história da economia portuguesa mostra a dificuldade de duplicar o PIB em 20 anos”, diz João Borges de Assunção, professor da Católica-Lisbon. “Não vou dizer que é impossível, mas, infelizmente, é pouco provável”, afirma Miguel St. Aubyn, professor do ISEG e membro do Conselho das Finanças Públicas. E explica: “Além de ser necessário reunir uma série de condições endógenas que possibilitem esse crescimento, seria ainda necessário um contexto internacional favorável.” As duplicações anteriores do PIB em 20 anos deram-se num contexto “mais fácil”, já que “Portugal tinha um rendimento *per capita* muitíssimo inferior em termos comparativos” e “os anos 50 e 60 foram de grande crescimento em termos mundiais”. Agora, um crescimento rápido exige “alterações qualitativas bem mais significativas”, salienta.

Para Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE, “qualquer estimativa do crescimento estrutural da economia portuguesa — uma espécie de média

Duplicar o PIB em 20 anos? A última vez foi em 1990

Há mais de três décadas que a economia portuguesa não consegue atingir a meta proposta pela SEDES. Economistas estão céticos



Em 1990, na primeira maioria absoluta de Cavaco Silva, o PIB atingiu o dobro do nível registado em 1970 FOTO RUI OCHÓIA

das taxas dos últimos anos — porá o crescimento pré-covid perto dos 2%. Uma aceleração para um crescimento de longo prazo de 3,5% ao ano só será possível com uma mudança dos fatores estruturais mais relevantes para o crescimento económico”. Só que, “tirando o aumento do nível educativo da força de trabalho em Portugal — que tem a maior percentagem de trabalhadores sem o ensino secundário completo da União Europeia —, não se vislumbra qualquer outra transformação estrutural que possa alimentar taxas de crescimento desse nível”, enfatiza. E reforça: “Existem problemas estruturais claramente identificados, mas não se vislumbra qualquer iniciativa que possa levar a que sejam ultrapassados, pelo que sou bastante cético relativamente a atingirmos esse nível de performance económica.”

“A evolução da demografia torna muito difícil aumentar o crescimento do PIB potencial”, nota João Borges de Assunção. Ao mesmo tempo, “não há

apoio político e social em Portugal para tentar fazer crescer a produtividade acima da zona euro”, aponta. Já noutros países, “com nível de desenvolvimento semelhante, houve maior compromisso dos eleitores com a necessidade de aumentar a produtividade da economia”.

Opções políticas em causa

Alcançar a meta proposta pela SEDES “é possível, quer se olhe para o passado português,

quer olhando para outros países nos últimos 20 anos, quer até porque o crescimento deprimido dos últimos 20 anos tem deixado muitas oportunidades e potencial por explorar”, considera Ricardo Reis, professor da London School of Economics. Contudo, “exige reformas profundas, muita vontade e esforço”, vinca, destacando que “o crescimento médio das últimas duas décadas não era inevitável. Resultou de algum azar e de

muitas más opções políticas. Não temos de, nem devemos, repeti-las no futuro”.

Ricardo Reis lembra que a par do estudo da SEDES, outros recentes, como da Fundação Francisco Manuel dos Santos ou da Fundação Gulbenkian, dão ao Governo “um cardápio de reformas e políticas entre as quais escolher”. E salienta: “Tem a legitimidade democrática para o fazer, pois obteve uma maioria absoluta há pouco tempo. Agora, tem de ter a coragem e a iniciativa de escolher e de fazer. Já passaram muitos meses depois das eleições, não há desculpa para não o fazer.” Um tema a que a SEDES não passa ao lado. “É preciso que os Governos tenham mais ambição ao nível do crescimento económico”, destaca Abel Mateus. Por isso, além de medidas de índole mais económica (ver caixa), a associação propõe também uma reforma do regime político.

slourenco@expresso.imprensa.pt

PROPOSTAS DA SEDES PARA O CRESCIMENTO

Choque fiscal

A medida mais emblemática é a redução dos impostos sobre os fatores produtivos (trabalho e capital), mexendo nas contribuições para a Segurança Social, no IRS e no IRC. O objetivo é “tornar Portugal mais competitivo, nomeadamente em relação à Europa de Leste”, diz Abel Mateus. Mas, para João Borges de Assunção, “é necessário reduzir a dívida e a despesa pública antes de pensar em baixar impostos”. Pedro Brinca considera um choque fiscal “bem-vindo”. A questão é “o financiamento desse corte” de impostos, alerta.

Equilibrar as contas públicas e externas

A meta é reduzir a dívida pública para 90% do PIB até 2033 e prosseguir o objetivo dos 60% até 2045. “A redução do peso da dívida e o equilíbrio das contas externas são de grande importância para a estabilidade financeira e macroeconómica, portanto para o investimento e crescimento”, diz Miguel St. Aubyn.

Reforma do Estado

Conciliar o choque fiscal com o equilíbrio das contas públicas passa pela reforma do Estado, para aumentar a eficiência da despesa pública, reduzindo o seu peso no PIB. Abel Mateus garante que “não se trata de austeridade à maneira da troika”. Para Pedro Brinca, a questão “é essencial” porque, “salvo ganhos importantes de eficiência”, há objetivos que “são obstáculos uns aos outros”. João Borges de Assunção é “a favor”, mas “não me parece que haja apoio social para reformar o Estado”, avisa. Já Miguel St. Aubyn alerta que “o encarniçamento nesta matéria conduz a uma retirada do Estado em áreas onde ele tem um papel importante a desempenhar, também no que diz respeito ao crescimento, nomeadamente na saúde, educação, investimento público, e política social e regional. As propostas da SEDES inserem-se numa conceção liberal que não partilho”.

Prioridade à educação

Os economistas são unânimes: educação de qualidade é fundamental para o crescimento da economia portuguesa. Mas, “se não tivermos capacidade de reter talento, será uma perda líquida de recursos”, avisa Pedro Brinca.

O LONGO ABRANDAR DA ECONOMIA PORTUGUESA

PIB anual em termos reais (dados encadeados em volume), em milhões de euros

